

TÍTULO DO TRABALHO			
METODOLOGIA ECONÔMICA: contribuições de Tony Lawson para a reorientação da economia			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Álvaro Martins Siqueira	Universidade Federal Fluminense	UFF	Aluno Grad.
Eduardo Ribeiro	Universidade Federal Fluminense	UFF	Aluno Grad.
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Apesar dos esforços substanciais no sentido de prover a ciência econômica de um método compatível com sua especificidade social, no texto reconhece-se que este objetivo permanece ainda em boa parte além do horizonte. O objetivo das três partes do trabalho é expor o subsídio teórico fornecido pelo professor Tony Lawson sobre a reorientação do método de análise econômica. Na primeira parte, para situar historicamente a corrente filosófica que foi importada para a ciência econômica, busca-se apresentar brevemente os problemas discutidos em filosofia da ciência desde o positivismo lógico até o relativismo e sua adaptação à economia pelos escritos de Milton Friedman. Para contrastar o pensamento de Lawson com o legado relativista, será feita na segunda parte uma apreciação crítica do instrumentalismo metodológico de Friedman e uma defesa da alternativa crítico-realista levantada por Tony Lawson, argumentando que o instrumentalismo afasta a ciência econômica de um dos poucos consensos entre as correntes de filosofia da ciência em circulação, a saber, de que toda ciência pressupõe uma visão de mundo ou ontologia. Para tentar explanar os fundamentos de uma concepção que julgamos falsa, na terceira e última parte serão feitas considerações sobre questões ideológicas no mainstream, onde Lawson sugere que o problema principal não é uma ideologia político-econômica que retrata uma economia de mercado como sistema eficiente, mas um problema de natureza metodológica que opera de forma mais indireta. Com isso, pensa-se ter cumprido a tarefa de expor e incentivar o debate sobre os pontos mais relevantes do pensamento do autor.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Metodologia econômica; Milton Friedman; Tony Lawson			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Despite substantial efforts to provide the economics of a method compatible with their social specificity, in the text is recognized that this goal remains largely beyond the horizon. The goal of the three parts of the job is to expose the theoretical benefits provided by Professor Tony Lawson on the reorientation of economic analysis method. In the first part to historically situate the philosophical current that was imported into economics, briefly seeks to present the problems discussed in philosophy of science from logical positivism to the relativism and its adaptation to the economy by the writings of Milton Friedman. To contrast the thought of Lawson with the relativist legacy, it will be made in the second part a critical assessment of the methodological instrumentalism Friedman and a defense of critical-realistic alternative raised by Tony Lawson, arguing that instrumentalism away economics of one of the few consensus between the current philosophy of science in circulation, namely, that every science presupposes a worldview or ontology. To try to explain the foundations of a concept that we judge false, the third and final part will have some considerations about ideological issues in the mainstream, where Lawson suggests that the main problem is not a political-economic ideology that portrays a market economy as efficient system but a problem of methodological nature which operates more indirectly. Thus, it is thought to have fulfilled the task to expose and encourage debate on the most important points of the author's thought.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Economics methodology; Milton Friedman; Tony Lawson			
EIXO TEMÁTICO			
Ciência, Filosofia e ideologia: estranhamento ou emancipação			

METODOLOGIA ECONÔMICA: contribuições de Tony Lawson para a reorientação da economia

Álvaro Martins Siqueira¹
Eduardo Ribeiro²

Introdução

É preciso admitir que os problemas filosóficos da metodologia econômica jamais ficaram confinados em seu passado, mas que, ainda hoje, as muitas frustrações dos economistas perturbam - ou pior, não perturbam - as convicções dos mais estudados destes profissionais. Neste sentido, concordamos que “a ciência econômica acadêmica não se encontra em um estado saudável. [...] Esta infeliz situação, além disso, parece ser crescentemente reconhecida tanto dentro quanto fora da academia.” (LAWSON, 1997, p. 22).

Buscando respostas para questões que na presente perspectiva se revelam cruciais para qualquer cientista, a saber, como precisamente diz Lukács:

Hoje, quando o nível concreto de desenvolvimento das ciências tornaria objetivamente possível uma ontologia correta, é ainda mais evidente que esse fundamento da falsa consciência ontológica no campo científico e a sua influência espiritual se acha fundado nas necessidades sociais dominantes. Só para mencionar aquele de maior peso, a manipulação na economia se tornou fator decisivo para a reprodução do capitalismo atual e, a partir desse centro, irradiou-se para todos os campos da práxis social. (LUKÁCS, 2013, p. 72).

A busca da resolução dos problemas epistemológicos tem classicamente remetido à negação da ontologia, desde o Positivismo Lógico do início do século XX ao contemporâneo Instrumentalismo Metodológico e seus modelos abstratos voltados para previsão que serão apresentados neste trabalho. Serão mostrados ao longo do texto os desdobramentos desde o positivismo lógico, seus sucessores do crescimento do conhecimento e defendido que eles culminam numa concepção ontológica que é *falsa*. Na primeira parte da última seção, será visto Milton Friedman, o representante da vertente instrumentalista e por fim, Tony Lawson, que com base na filosofia do realismo crítico propõe uma alternativa à metodologia econômica.

¹ Aluno do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense – Polo de Campos dos Goytacazes. Bolsista de I.C. da FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), orientado pelo professor Dr. Rodrigo Delpupo Monfardini.

² Aluno do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense – Polo de Campos dos Goytacazes.

1 - Gênese do relativismo ontológico em Economia: O Positivismo Lógico

Discussões sobre filosofia da ciência têm quase invariavelmente como referência a formação do positivismo lógico. O positivismo, frente às correntes precedentes é a que vai mais a fundo na demarcação do discurso científico dos demais e dele derivam as concepções atuais de metodologia da ciência econômica, sendo o positivismo, portanto, um ponto de partida deste trabalho. O projeto lógico-positivista ganha forma com os escritos de um grupo de discussão constituído por matemáticos e cientistas criado em 1925, o Círculo de Viena. O grupo, como alega Caldwell (1982, p. 11), apesar da variação de membros, esteve ativo por mais de uma década e teve por base filosófica o empirismo tradicional, além de demais correntes com orientação anti-metafísica.

Era um projeto de proporções filosóficas muito amplas: por meio do desenvolvimento de ferramentas de análise lógica para serem aplicadas numa dimensão rigorosamente empírica, eliminar da ciência todas aquelas proposições cuja natureza não fosse atribuível o atributo de conhecimento. A ciência deveria, no pensar positivista, deter-se apenas em proposições “analíticas (tautológicas ou autocontraditórias) ou sintéticas (afirmações factuais que podem ser retificadas ou falsificadas pela evidência)” (Caldwell, 1982, p. 13), e rejeitar proposições metafísicas, oriundas de discussões cotidianas, religiosas, desprovidas de significação, e portanto alicerçadas em crenças. Assim, o ponto central da filosofia positivista era o expurgo da metafísica das proposições científicas, distinguindo-as das dos demais tipos. É bom notar que no entendimento positivista a metafísica não é sinônimo de inverdade, mas algo que está além da compreensão cognitiva, que não possui significado (são ininteligíveis) e deste modo sua investigação é infrutífera.

Dado tal projeto, seria indispensável elaborar um critério que permitisse ao positivismo discernir as afirmações analíticas e significativas das sem significado. Uma primeira solução, ainda provisória, foi o *critério de verificação*. Segundo tal critério uma proposição só é científica se ela for passível de teste observacional definitivo que comprove sua veracidade ou falsidade. Uma proposição, assim, somente possuiria conteúdo empírico se fosse capaz de ser completamente verificada empiricamente. Ao afirmar, por exemplo, que existe um exemplar d'O Capital em determinada biblioteca, seguindo o critério de verificação, bastaria examinar completamente a biblioteca em questão para verificar ou não a proposição. Um dos problemas deste critério é que não é possível avaliar proposições sintéticas do tipo universal, como leis gerais relacionadas à biologia ou física, notadamente campos de estudo em destaque na época. Não seria possível, conforme o critério de verificação, averiguar se a Terra fará o mesmo movimento de translação todos os anos ou se a evolução das espécies é de fato como Darwin a descreve. Certas leis ou proposições se referem a um nível infinito de instâncias, sendo necessário um número também

infinito de testes para verificá-las, o que obviamente não é possível mesmo para o mais determinado cientista. Não seria viável para o positivismo manter o critério do significado cognitivo como no descrito estado, excessivamente rigoroso. Em certa altura dos desdobramentos do positivismo lógico Rudolf Carnap, um dos expoentes do positivismo, elabora o *critério de confirmação*, no qual a proposição não é verificada categoricamente, mas corroborada ou confirmada a cada novo teste empírico. Este, de confirmação, é um critério sustentado na confiança relativa que se cria a cada novo teste empírico bem sucedido.

Note-se: em primeiro lugar, apesar desta e de outras modificações no critério de teste, a sua íntima ligação com o nível empírico, estabelecendo neste o fundamento da cientificidade, é mantida; e segundo, o intransponível limite ao expurgo da metafísica das proposições resulta na admissão implícita da falta de significado em certo lugar do discurso científico, pois com o critério de confirmação permitia-se proposições com certo grau de confirmação, mas seu logro em todos os testes a serem feitos jamais seria uma garantia.

Outro problema que permeou os debates positivistas foi o de como lidar com a natureza da explicação científica, e a respeito disto não há como não ressaltar o papel dos *termos teóricos*, aqueles cuja contraparte empírica não é experimentável. Nos debates lógico-positivistas do começo da década de 1930 era entendido que qualquer asserção, como era o caso da existência de átomos, campos gravitacionais, etc., em que a entidade não pudesse ser observada incorreria em nocivos problemas de suposições uma vez que tais entidades não seriam comprováveis. Ernst Mach, por exemplo, demandava sua supressão progressiva da ciência para que pudesse ser estabelecido um sistema de linguagem livre de proposições sem significado, encaminhando assim a filosofia da ciência para seu objetivo de expurgar qualquer possível ambiguidade de sentido (CALDWELL, 1982, pp. 14-15).

Nas décadas de 1940 e 1950, no entanto, tal visão foi rejeitada e por fim os positivistas acabam acolhendo o modelo teórico hipotético-dedutivo (H-D) elaborado por Carnap e Hempel para dar novos entido tanto a estrutura das proposições científica quanto a natureza da explicação e seu papel na ciência. No modelo hipotético dedutivo (e demais modelos chamados de “*covering-law*”), existe o que se pode entender como *proposições de nível mais elevado* (ou termos teóricos) e *proposições de nível mais baixo*, sendo as ultimas testáveis empiricamente e as primeiras não. Ao invés de negar a significação dos termos teóricos, lhes é concedida uma significação indireta via dedução, procedimento amparado pela chamada *tese da testabilidade indireta*. Sucede daí que os termos teóricos são sustentados por outras proposições, e que o modelo científico de explanação H-D consiste de hipóteses hierarquicamente estruturadas. Sinteticamente, a negação radical dos termos

teóricos como entes não dedutíveis dos positivistas lógicos se torna, posteriormente, sua aceitação parcial: “A implicação desse modelo hipotético-dedutivo de estrutura de teorias é o fraco requerimento de que apenas alguns dos termos precisam ter contrapartes empíricas” (CALDWELL, 1982, p. 31) ³. As teorias não seriam mais testadas individualmente, mas em grupo, e a prova última passa a ser a sua capacidade conjunta de ter significado.

Caldwell (1982, pp. 27-28) ressalta também que do fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX a visão dominante sobre a ciência concebia a própria explicação da natureza dos fenômenos oriunda de especulações metafísicas, e só a partir do positivismo moderno, o chamado empirismo lógico, a explicação ganha certo espaço na ciência. Esta concepção um tanto contraditória dos primeiros positivistas sobre ciência foi posta de lado em troca dos modelos ‘*covering-law*’ de explicação científica.

Argumentando a favor do papel da explicação na ciência, Hempel e Oppenheim escrevem um artigo em 1948 onde é defendido que toda explicação científica legítima é constituída de duas partes: *explanandum*, que seria a sentença descrevendo o fenômeno a ser explicado; e *explanans*, que constitui o grupo de sentenças para explicá-lo. Os autores também listam quatro condições, sendo as três primeiras lógicas e a última empírica, de adequação para que a explicação seja válida: i) O explanandum precisa ser uma consequência lógica do explanans. ii) O explanans precisa conter leis gerais, embora ao menos uma delas não deva ser uma lei geral. iii) O explanans precisa ter conteúdo empírico - ser sujeito, ao menos em princípio, a teste experimental ou observacional. iv) As sentenças que constituem o explanans devem ser verdadeiras. (CALDWELL, 1982, p. 28)

O modelo *covering-law* denominado de dedutivo-nomológico (D-N), por exemplo, aduz que as explicações científicas devem poder ser expressas na forma de argumentos dedutivos nos quais o explanandum é uma consequência lógica do grupo de proposições chamado de explanans. Assim, o acento é posto no caráter dedutivo das explicações científicas. A conclusão do dito é que se atendido todo o conteúdo do explanans, o evento descrito pelo explanandum necessariamente ocorrerá. Posteriormente foi contestada a não adequação das explicações que contivessem proposições estatísticas ao modelo D-N. Hempel resolve o problema, então, desenvolvendo o modelo indutivo-probabilístico (I-P) que contempla tais explicações, substituindo ‘consequência lógica ou indutiva’ por ‘alta probabilidade lógica ou indutiva’ e adaptando o explanans para um

³ Note-se que a mudança no tratamento aos termos teóricos tem um impacto no debate acerca do instrumentalismo ou realismo. O posicionamento realista prega que é preciso que os termos teóricos se refiram a entidades reais. Um posicionamento instrumentalista nega essa necessidade, mudando o eixo do debate para sua adequação no nível empírico. No modelo H-D as duas visões ficam compatíveis, pois os termos teóricos não são diretamente testados, mas lhes é conferida uma validação indireta. Deste modo, o realismo dos termos teóricos não é totalmente negligenciado, tampouco consiste no problema central (Caldwell, 1982, p. 26).

conjunto de sentenças descrevendo as condições necessárias contendo leis estatísticas. (CALDWELL, 1982, p. 29).

O positivismo lógico, de acordo com o que foi exposto até então, partiu de uma corrente com reivindicações radicais sobre o funcionamento da ciência, sua natureza e seu papel, para outra cujo objetivo era mais sensato, nomeada de empirismo lógico e para o inevitável colapso com admissão de que não é possível teorizar um mundo sem uma prévia concepção do mesmo, uma ontologia. O empirismo lógico se refina em relação ao seu antecessor por reconhecer o ineliminável papel dos termos teóricos que implicaram nas revisões de posição já mencionadas, entre muitas outras. Em suma, não obstante o imenso esforço positivista para dar continuidade ao seu projeto, fica evidente que “[...] os lógico-positivistas acabaram por se tornar reféns de seu próprio projeto antimetafísico.” (CAVALCANTE, 2005, p 15).

Um dos mais notáveis críticos do positivismo é Karl Popper, que é considerado “alcoz e colaborador” do positivismo, tendo influenciado nele de forma crítica e positiva desde o Circulo de Viena até a década de 1980. Destacam-se quatro pontos centrais no pensamento de Popper: i) *Crescimento do conhecimento* – Constitui o problema central da epistemologia. É observando o crescimento do conhecimento científico que a filosofia da ciência deve proceder. ii) *Falibilismo* – a verdade objetiva existe, mas só o pode como norteadora da prática científica. Não está ao alcance do cientista reconhe-la. Popper só não é caracterizado como cético por crer na possibilidade de identificar erros. Além disso, há o que é chamado de *verossimilitude* ou semelhança com a verdade, que é a medida de conteúdo de *verdade* em contraposição com o conteúdo de *falsidade* de uma teoria (uma variável proxy, se quisermos que o conceito soe familiar). iii) *Anti-indutivismo*⁴ – é uma negação da lógica indutiva. Dado que não é possível identificar proposições genuinamente verdadeiras, mas apenas as falsas, não é uma lógica razoável inferir verdades ou grande probabilidade de verdades dessas proposições. iv) *Racionalismo Crítico* – o conhecimento deve crescer conforme são propostas conjecturas e o cientista ou a comunidade às submete a rigorosos testes, buscando falseá-las (CALDWELL, 1982, pp. 37-38).

Novamente, Popper foi um crítico e colaborador do positivismo e, mas sua influência se estendeu também para a próxima corrente de autores, de modo que não é por acaso que muito do que será visto sobre os filósofos do conhecimento seguinte se relaciona com os pontos aqui sumariamente listados. As críticas de Popper, portanto, são tidas como o ponto de partida para a

⁴ Segundo Caldwell, das tentativas de se construir e sustentar uma lógica indutiva sólida surgem vários paradoxos e problemas dos quais se destaca o problema da indução de Hume, que diz não ser racional crer que uma sucessão de eventos passados possa ser seguramente projetada para os próximos. Há também o paradoxo do corvo e o paradoxo de Goodman que estão descritos em Caldwell (1982, p. 39).

elaboração de uma fase radicalmente (mais em certos aspectos do que em outros) distinta da dos positivistas.

2 - Os Filósofos do Crescimento do Conhecimento e Ontologia relativizada

Os três autores considerados, Thomas Kuhn, Paul Feyerabend e Imre Lakatos, têm uma reconhecida contribuição à metodologia econômica contemporânea. Kuhn e Lakatos, conforme indica Cavalcante (2005, p. 20), são amplamente aceitos como habilitados críticos do positivismo lógico e a eles se deve muito da derrocada do mesmo, oferecendo como chave para entender a ciência a capacidade suplementar do conhecimento ao longo da história.

Surgem, isto posto, como uma corrente frente à falência da ciência positivista que é nomeada de crescimento do conhecimento. Se os positivistas, por um lado, se debruçavam enquanto filósofos sobre questões gerais do conhecimento, buscando métodos universais legitimadores da prática ideal científica, os últimos ressaltam o caráter progressista do conhecimento e as práticas efetivas dos cientistas.

2.1 - A irracionalidade do confronto paradigmático em Thomas Kuhn

Dois conceitos chave para entender o pensamento de Kuhn são “ciência normal” e “ciência extraordinária”. Ciência normal se caracteriza por pesquisa rotineira baseada em conjunto de obras científicas consolidadas, que são usadas como fundamento da prática de uma comunidade de cientistas. Paradigmas, por sua vez, modelos dos quais brotam tradições de pesquisa científica particulares, constituídos de lei, teoria, aplicação e instrumentalização juntos. O bom funcionamento da ciência normal está intimamente ligado ao estado do atual paradigma.

Durante os períodos de ciência normal, busca-se resolver os diversos problemas propostos pelo paradigma. Experimentos fora de um paradigma, que não tenham um fundamento em consistentes resultados, não podem se articular com um paradigma e permanecem, portanto, como fatos isolados que só poderão ser acomodados na tradição científica quando esta for guiada por um paradigma que compreenda as descobertas de tais experiências.

Na articulação entre ciência normal e paradigma se dá o alargamento deste último como resultado do sucesso em utilizar as ferramentas metodológicas e teóricas disponíveis para a resolução dos enigmas colocados. O próprio sucesso ou malogro da resolução dos enigmas é vista em grande parte como consequência da capacidade do cientista em usar das ferramentas teóricas dispostas (CALDWELL, 1982, p 90).

Fenômenos desconhecidos e inesperados recorrentemente surgem na forma de anomalias para os cientistas, cuja tarefa é acomodá-las no paradigma – o que muitas vezes causa transformações significativas em suas teorias. Em caso de falhas suficientes dos cientistas em comportar fenômenos anômalos o paradigma é abalado, podendo daí resultar em uma revolução paradigmática, na qual o paradigma em vigor é substituído por outro que forneça melhores condições de resolução de problemas (CALDWELL, 1982, p 91).

Como se apresenta até então, a ciência normal é um estágio bem restrito de funcionamento da pesquisa científica, pondo de lado visões de mundo que sejam distintas na medida em que delimita a prática científica ao que é posto pelo paradigma corrente (Cavalcante, 2005, p. 23).

Quando a prática científica não consegue mais se esquivar do surgimento de anomalias - fatos que não podem ser alinhados com as expectativas científicas - esforços são voltados para investigações extraordinárias que podem levar a uma visão de mundo científico ou paradigma distinto do anterior. Kuhn (1962, p. 6) cita como notáveis pontos de inflexão das investigações científicas os desdobramentos decorrentes das descobertas de Copérnico, Newton e Einstein. A ciência extraordinária começa, então, quando anomalias não parecem mais ser apenas outra peça do quebra-cabeça de um determinado paradigma.

Nos casos como o de Copérnico e Einstein, Kuhn (1962, p. 86) alega que é passado um tempo considerável entre a destruição de um paradigma (já tido como derrotado) e o surgimento de um novo, e a este tempo de resposta a crises paradigmáticas é dado o nome de *ciência extraordinária*. Durante o período de pesquisa extraordinária, acontece simultaneamente o descrédito progressivo de um paradigma e a elaboração e comparação de paradigmas concorrentes. Kuhn afirma que o julgamento que leva a decisão de rejeitar um antigo paradigma e aceitar outro “envolve necessariamente a comparação de ambos os paradigmas com a natureza e com cada um deles” (KUHN, 1962, p. 77)⁵, embora os critérios para tais comparações seja um assunto um tanto obscuro.

A ciência normal, portanto, progride com a resolução de quebra-cabeças fundamentada no paradigma vigente até que o paradigma seja insuficiente para explicar todos os problemas que surgem e paradigmas concorrentes sejam comparados, com um deles sendo eleito pela comunidade como paradigma científico. No entanto, concorrentes a paradigmas não podem ser comparados com base nos prévios critérios estabelecidos entre os cientistas para comparação de teorias, pois uma vez que se aprofunda o processo de pesquisa científica extraordinária os antigos consensos, regras, critérios, etc. não são mais inquestionáveis. Além disso, distintas visões de mundo ditam

⁵ É frequente, afirma Kuhn (1970, p. 77-78), que uma comunidade de cientistas se recuse a rejeitar um paradigma e que um “cientista criativo” se encontre aprisionado num mundo fora do eixo, da mesma forma que um artista a frente de seu tempo.

significados diferentes para termos e afetam as informações para o teste entre paradigmas. E como um novo paradigma normalmente emerge com poucos resultados científicos, não sendo possível analisar outros com base em suas concepções, apenas retrospectivamente, a decisão da comunidade de cientistas kuhniana não pode se dar por critérios racionais. Resulta que paradigmas são incomensuráveis e não há como testar satisfatoriamente os novos candidatos a paradigma em relação a sua capacidade de resolução de problemas, resta para a comunidade científica, o critério da fé. Sobre isto, Kuhn afirma:

O homem que adere a um novo paradigma num estágio inicial, frequentemente o faz desafiando a evidência fornecida pela resolução de problemas. Ele precisa, isto é, ter fé que o novo paradigma terá sucesso com os muitos grandes problemas que o confrontam, sabendo apenas que o antigo paradigma falhou com poucos. Uma decisão desta natureza só pode ser baseada em fé (KUHN, 1962, p. 158, grifos nossos).

Em outras palavras, uma comunidade de cientistas não conta com uma quantidade satisfatória de evidências para a adoção do novo paradigma. Se um paradigma será bem sucedido frente aos problemas que o confrontam, ou seja, se ele tem adequação empírica, só pode ser apreendido *ex post*. Em Kuhn, a troca paradigmática não pode se fundamentar em critérios racionais, mas pela fé.

Cabe reconhecer, por fim, que com Kuhn já fica explícito, através da noção de paradigma para a prática científica, o que hoje corresponde a um consenso em filosofia da ciência – o de que “não se pode erradicar a ontologia do discurso científico, como pretendeu o positivismo” (DUAYER; MEDEIROS; PAINCEIRA, 2001, p.3). Resta o problema de que se paradigmas são incomensuráveis, portanto não podem ser racionalmente comparados, o papel de apreciação crítica do mundo dos cientistas cede um espaço que em última análise é preenchido por fé. Dessa forma não é conferido um papel ativo à crítica da ontologia em sua noção de paradigma.

2.2 - Imre Lakatos e a ênfase do empírico nos programas de pesquisa progressivos

Segundo Caldwell, Imre Lakatos foi o intérprete mais influente do racionalismo de Popper, sendo em muito, uma extensão crítica da metodologia popperiana. Lakatos argumenta que Popper é indevidamente classificado por seus críticos como um ‘falsificacionista dogmático’, apesar de que, na verdade, tenha sido primeiro um ‘falsificacionista ingênuo’, mudando posteriormente para um ‘falsificacionista sofisticado’. As contribuições de Lakatos ficam por elaborar uma metodologia dos programas de pesquisa científica que contenha o melhor das ideias de Popper e que possibilite a reconstrução racional da metodologia e do crescimento do conhecimento científico (CALDWELL, 1982, pp. 85-86).

A metodologia de Lakatos, como falsificacionista sofisticado, concebe a ciência mais como um sistema dinâmico de teorias do que como teorias em isolamento. Novas teorias devem conter cada vez mais conteúdo empírico corroborado em relação às suas precedentes. Lakatos chama atenção para o fato de que o falsificacionista sofisticado difere do ingênuo no critério de demarcação científico e nas regras de falsificação. Sobre o critério, ele diz:

Para o falsificacionista ingênuo, qualquer teoria que possa ser entendida como experimentalmente falsificável é ‘aceitável’ ou ‘científica’. Para o falsificacionista sofisticado, uma teoria é ‘aceitável’ ou ‘científica’ apenas se tem excedente de conteúdo empírico corroborado em relação a sua predecessora (ou rival), isto é, apenas se leva a descoberta de novos fatos (LAKATOS, 1978, pp. 31-32).

A outra diferença, sobre as regras de falsificação, é em muito relacionada com a primeira. Para o falsificacionista ingênuo é suficiente uma proposição observacional conflitante com a teoria para que ela seja falsificada. Lakatos lista três características necessárias, segundo um falsificacionista sofisticado, de uma nova teoria T’ para que a anterior T possa ser descartada do sistema de teorias científicas. É possível falsificar T apenas se:

(1) T’ tem mais conteúdo empírico que T: isto é, prediz novos fatos, fatos improváveis sob a luz de, ou mesmo proibidos por T. (2) T’ explica o sucesso anterior de T, isto é, todo o conteúdo não refutado de T é incluído (dentro dos limites dos erros observacionais) no conteúdo de T’; e (3) algum excedente de conteúdo de T’ é corroborado (LAKATOS, 1977, p. 32).

Tanto o critério de demarcação quanto as regras de falsificação segundo Lakatos ganham uma ênfase no elemento empírico, na descoberta de novidades para ciência. Para a reconstrução racional do conhecimento científico, Lakatos propõe que sejam permitidos ‘ajustamentos teóricos’ nos quais é possível resgatar e preservar teorias, ao menos enquanto não exista uma candidata que atenda aos requisitos listados. A mudança de ênfase nesses critérios implica um posicionamento ainda mais conservador do que antes, posto que o central deixa de ser se uma proposição é verdadeira e passa a ser a capacidade de explicação empírica, e assim o esforço de antes de falsificar teorias isoladas se transforma numa forte inclinação a preservá-las dentro de um sistema dinâmico.

Há, portanto, não um número de teorias isoladas, mas um sistema teórico, por assim dizer, interconectado que implica na noção de continuidade. Em outras palavras, um *programa de pesquisa científico* (ou *PPC*). Ele é constituído de uma heurística positiva e uma negativa e é classificável enquanto degenerativo ou progressivo.

A heurística negativa de um programa de pesquisa científico, denominada de núcleo rígido, corresponde aos princípios básicos de uma tradição científica. Esses fundamentos são irrefutáveis por definição, pois demarcam o campo de premissas inquestionáveis pelo cientista. Hipóteses

teóricas legítimas surgem sob a condição de não contradizer os princípios fundamentais da heurística negativa - o núcleo rígido do PPC. O outro elemento constituinte de um PPC é o cinturão protetor - sua heurística negativa, que demarca o campo válido de pesquisa, no qual novas teorias podem ser produzidas. Quanto maior o campo do conhecimento coberto pelo cinturão protetor, mais teorias científicas podem ser formuladas e acomodadas numa determinada tradição científica (Cavalcante, 2005, pp. 36-37).

Quanto à classificação dos PPC's, Lakatos afirma que:

[...] Um conjunto de teorias é teoricamente progressivo [...] se cada nova teoria tem algum excedente de conteúdo empírico contra sua antecessora, isto é, se ela prediz algum novo fato, até o momento inesperado. Podemos dizer que um conjunto teoricamente progressivo de teorias é também empiricamente progressivo [...] se algo desse excedente de conteúdo empírico é também corroborado, isto é, se cada nova teoria nos leva para a descoberta de um novo fato. Finalmente, chamemos de *problemshift* progressivo aquele que é tanto teoricamente e empiricamente progressivo, e degenerativo se não o é. Nós 'aceitamos' *problemshifts* como 'científicos' apenas se eles são ao menos teoricamente progressivos; se não, nós os 'rejeitamos' como 'pseudocientíficos'. Progresso mede-se pelo grau em que um *problemshift* é progressivo, pelo grau em que um conjunto de teorias nos leva a descoberta de novos fatos. Nós consideramos uma teoria 'falsa' quando é suplantada por outra com maior conteúdo [empírico] corroborado (LAKATOS, 1977, p. 33-34).

Portanto, similarmente a Kuhn, Lakatos entende que teorias não podem ser consideradas em isolado, mas devem ser vistas como um corpo teórico conectado que circula em determinada tradição científica. Diferentemente do primeiro, Lakatos admite que possa haver PPC's coexistentes, enquanto um paradigma estabelecido exclui demais visões do objeto. O critério para comparar os PPC's é o grau em que são progressivos ou degenerativos. Por fim, ao atribuir a capacidade preditiva de teorias tanto na cientificidade quanto na comparação entre PPC's, Lakatos abre espaço para a proliferação e radicalização de posições instrumentalistas, especificamente em Economia, cujos problemas serão observados neste trabalho.

2.3 - Paul Feyerabend: Anarquismo metodológico e princípio de proliferação de teorias

Feyerabend é um filósofo com uma perspectiva muito peculiar, perspectiva essa apoiada em uma teoria do conhecimento denominada pelo mesmo como anarquista/dadaísta. Este adota, em seus primeiros escritos, uma variante extrema da tese da dependência da teoria, colocando em cheque dois dos suportes em que o empirismo esteve sustentado: a condição de invariância de significado e condição de consistência.

Em sua obra ele defende que tanto os termos observacionais quanto os termos teóricos são inteiramente dependentes da teoria em que estão inseridos. Logo, mesmo que uma nova teoria contenha os mesmos termos teóricos que a teoria precedente, estes terão significados diferentes. As

únicas exceções desta regra são os casos em que a nova teoria ‘simplesmente estende as classes usadas’ na teoria antiga.

Quanto à condição de consistência, segundo a qual ‘novas teorias ou contêm ou são consistentes com teorias aceitas em seu domínio’, Feyerabend argumenta:

Esta elimina uma teoria não por estar em desacordo com os fatos, e sim por estar em desacordo com outra teoria... A única diferença entre tal medida e uma teoria mais recente é idade e familiaridade. Tivesse a teoria mais recente surgido antes e a condição de consistência teria trabalhado em seu favor (FEYERABEND, 1975, p. 328).

Para ele o avanço científico depende da proliferação de teorias, uma vez que, sendo os fatos teórico-dependentes, um aumento no número de teorias significa um aumento no número de fatos e, conseqüentemente, maior conteúdo empírico do conhecimento.

Você só pode ser um bom empirista se estiver preparado para trabalhar com diversas teorias alternativas ao invés de com um só ponto de vista e ‘experiência’. Essa pluralidade de teorias não deve ser encarada como um estágio preliminar do conhecimento, que será, em certo ponto no futuro, substituída pela Única Teoria Verdadeira. O pluralismo teórico é considerado um aspecto essencial de todo conhecimento que se diz objetivo...Tal pluralidade permite um criticismo muito mais afiado de teorias aceitas do que a comparação com o domínio dos ‘fatos’, que dizem ser independentes de considerações teóricas (FEYERABEND, 1975, p. 320-1).

Feyerabend indica ainda que seu princípio de proliferação seja associado a um princípio de tenacidade. A despeito de serem impugnadas por evidências ou por teorias já aceitas, eventualmente as ideias deveriam ser mantidas. A associação desses princípios aparentam levar a uma metodologia inusitada: ‘teorias aceitas deveriam ser contestadas por um número sempre crescente de teorias alternativas que não precisam ser bem fundamentadas teórica ou empiricamente’.

O anarquismo metodológico é defendido por Feyerabend como sendo pré-condição do progresso na ciência, em sua concepção ‘há somente *um* princípio que pode ser defendido sob *todas* as circunstâncias e em *todos* os estágios do desenvolvimento humano. É o princípio “*anything goes*”’. Sua defesa do anarquismo metodológico fica mais clara à luz dos trechos da obra de Caldwell:

Por que anarquismo? A resposta é simples. A história em geral é muito mais rica, variada, multifacetada, excitante, e muito mais sutil do que até mesmo o melhor metodologista pode imaginar; como tal, esta “demanda processos complexos e desafia análises que tem sido estabelecidas antecipadamente e sem considerar as condições as condições mutáveis da história”. Uma cega lealdade a regras metodológicas bem especificadas não traz progresso. Pelo contrário, cientistas deveriam ser ‘oportunistas inescrupulosos’ que não sentem culpa em driblar ou mesmo contradizer tais regras sempre que achem necessário. A história da ciência oferece um suporte claro a essa questão; muitos avanços significantes só ocorreram depois de as regras metodológicas serem deixadas de lado. Ainda mais importante, é frequentemente saudável à prática metodológica quebrar as regras (CALDWELL, 1982, p. 83).

Segundo Caldwell, Feyerabend tentou esclarecer em *Science in a Free Society* (1978) que as ideias expressadas em *Against Method* (1975) não consistiam em um novo método, e sim na

proposição de que todos os métodos são limitados; que o desenvolvimento da ciência envolve razão e prática (visão que ele denomina interacionista, onde a metodologia serve como ‘um guia que é parte da atividade guiada e é modificado por tal atividade’); que o racionalismo é só uma dentre diversas tradições e, logo, não deveria ser usada para julgar as outras; e que ‘uma pluralidade de tradições não é apenas razoável, é útil, e é correta’ (CALDWELL, 1982, p. 84).

Em síntese, a partir do relutante colapso dos intentos positivistas surgem posições que, ao aceitarem a impossibilidade cognitiva de um conhecimento livre da metafísica, sustentam a pragmática solução de que concepções de mundo – e, portanto, esquemas teóricos fundados em tais concepções – são incomensuráveis. Nos modelos do crescimento do conhecimento, “a verdade é interna a esquemas conceituais particulares” (Cavalcante, 2005, p. 63) e a postura crítica, aqui entendida como confronto entre visões de mundo distintas, cede espaço para a relativização das divergências. O posicionamento dos filósofos Khun, Lakatos e Feyerabend é símil e representativo em tal sentido.

3 - Relativismo Incorporado como Instrumentalismo Metodológico

Nas seções anteriores foram vistos autores reconhecidos em filosofia da ciência com o propósito de explicitar uma tendência na filosofia e metodologia da ciência que converge para o relativismo. Nesta, trataremos da metodologia econômica como herdeira das concepções precedentes. O famoso artigo de Milton Friedman, *A metodologia da ciência positiva*, é referenciado em debates metodológicos e tal como em Caldwell (1982, p. 173), o presente texto o considera uma “obra prima de marketing” nos debates de metodologia, uma vez que o instrumentalismo metodológico foi muito aceito por praticantes do que é entendido por Economia, apesar de todas as críticas negativas não respondidas por Friedman.

A divisão conceitual da ciência em *positiva* e *normativa*, de John Neville Keynes, é o pilar pelo qual Friedman inicia seus argumentos. A diferença entre um e outro é que a ciência positiva se refere “ao que é”, e a ciência normativa se refere “ao que deve ser” (Friedman, 1953, p. 1). Enquanto a primeira produz previsões acerca das consequências de determinadas ações, sob a forma de conhecimento legitimamente científico e axiologicamente neutro; a segunda analisa os critérios sobre se tais consequências são desejáveis, e é o terreno onde é admitido o porte de valores.

A partir desses dois conceitos Friedman busca minimizar – mas não excluir – as divergências no domínio do debate e política econômica, alegando que a economia é se caracteriza por ser uma ciência *positiva*, portanto pode vir a ser “objetiva”.⁶ Entretanto, segundo ele, “leigos e peritos, indiferentemente, tendem a acomodar as conclusões positivas aos preconceitos normativos”

⁶ É importante notar que “objetividade” em Friedman é no sentido de “neutralidade”.

(Friedman, 1953, p. 2). Friedman é avesso aos conflitos entre pessoas – inclusive os ditos “peritos” – que projetam seus interesses e valores para a esfera da política econômica, passando por cima dos fatos apontados pela ciência positiva. Por esta razão, é necessário para Friedman enfatizar que a economia como ciência positiva é livre do julgo de valores e que ela fornece os fundamentos tanto para a economia normativa quanto para a arte da economia. A ciência positiva aparece então como responsável por fornecer as previsões sobre o mundo – mas indiferentes a ele –, que funcionariam como o consenso necessário para as bases objetivas do diálogo entre quem discute economia. Segundo o autor:

A economia positiva independe, em tese, de qualquer posição ética especial ou de juízos normativos. No dizer de Keynes, ela trata “do que é” e não “do que deveria ser”. A tarefa dessa economia positiva é a de provar um sistema de generalizações passível de ser utilizado para fazer previsões corretas acerca das consequências de qualquer alteração das circunstâncias. O desempenho de uma tal economia será ajuizado em termos da precisão e a experiência. (FRIEDMAN, 1953, p.2)

Outro ponto dito logo em seguida, mas não menos perigoso, é que não há distinção suficiente entre ciências sociais e físicas ou naturais, desqualificando esforços no sentido de prover as ciências sociais de um método próprio.⁷ O tipo de “objetividade” ao qual Friedman se refere, destituída de juízo de valores, crenças etc, não é possível nas ciências sociais. Reproduz-se aqui a retórica positivista de neutralidade e expurgo da metafísica, agora com um sentido distorcido de “objetividade”:

Em suma, a economia positiva é ou pode vir a ser uma ciência “objetiva”, exatamente como qualquer das ciências físicas. O fato de a economia considerar a inter-relações entre seres humanos e de o pesquisador ser ele mesmo (de modo muito mais claro que do que acontece nas ciências físicas), parte do assunto investigado, geram, como é obvio, dificuldades especiais quando se cogita de alcançar objetividade; entretanto, esses fatos também dão, aos cientistas sociais, certas classes de dados que não estão ao dispor dos estudiosos que se voltam para as ciências físicas. *Nem um nem outro desses dois itens, porém, permite, no meu entender, que se faça uma distinção básica entre os dois grupos de ciências.* (FRIEDMAN, 1953, p.2, grifos nossos).

Dando prosseguimento à linha argumentativa do autor, a ciência positiva se encarrega de produzir teorias capazes de fazer previsões válidas e significativas. Teorias são, por sua vez, subdivididas em linguagem e hipóteses substantivas, onde linguagem fomenta “métodos sistemáticos e organizados de raciocínio” e as hipóteses substantivas são elaboradas “com o objetivo de colher, por abstração, aspectos essenciais da realidade complexa” (FRIEDMAN, 1953, p. 4).

No caso de necessidade de comparação entre duas teorias, são oferecidos dois critérios: o de simplicidade e o de fecundidade. Uma teoria, para ser simples e fecunda, parte de um conjunto

⁷ Este ponto será aprofundado posteriormente, ao esboçar os contrastes desta perspectiva com a do realismo crítico.

pequeno de conhecimentos para prever uma quantidade grande de eventos. Nas palavras de Friedman:

Diz-se que uma teoria é tanto mais simples quanto menor o número de conhecimentos iniciais que requer para permitir previsões, num dado campo de fenômenos; diz-se que é mais fecunda se as previsões resultantes são mais precisas, se a área em que a teoria permite as previsões é mais ampla e se o número de linhas de investigação sugeridas é maior (FRIEDMAN, 1953, p. 6)

A possibilidade de tais teorias serem “realistas”⁸ é negada por Friedman, entendendo-se “realismo” como sinônimo de “acuidade descritiva”. Uma teoria não pode ser realista por não poder apreender do mundo todos os seus complexos elementos, todo o curso de eventos, como numa teoria sobre o mercado de trigo:

Uma teoria completamente realista do mercado do trigo teria de incluir não apenas as condições diretamente subjacentes à oferta e à demanda de trigo, como, ainda, indicações relativas à moeda ou aos instrumentos de crédito usados nos pagamentos; teria de incluir dados a respeito dos comerciantes de trigo, cor dos olhos e dos cabelos de cada comerciante, os seus antepassados, a sua educação, as pessoas da família, seus respectivos antecedentes e sua educação, e assim por diante [...] (FRIEDMAN, 1953, p. 21).

Em consequência, o mesmo é dito em relação aos pressupostos. Seu papel é justamente o oposto de ser realista: é de abstrair fatores considerados não relevantes ou cuja apreensão pelo sujeito cognoscente não é facultável. Em última instância, é justamente por serem falsos que os pressupostos são relevantes⁹:

Hipóteses verdadeiramente importantes têm “pressupostos” que não passam de extravagantes e não acuradas representações descritivas da realidade. Via de regra, quanto mais significativa uma teoria, tanto mais não-realistas (neste sentido) os seus pressupostos. [...] para que seja importante, uma hipótese deve ser descritivamente falsa em seus pressupostos. Ignora e deixa de explicar várias circunstâncias presentes, cuja irrelevância para o fenômeno em tela decorre do próprio êxito da teoria (FRIEDMAN, 1953, p. 9).

Concorda-se que uma teoria “realista” no sentido aqui empregado, de fato, é tanto inviável quanto de pouca utilidade. O que parece solucionar o problema é a confecção de modelos abstratos

⁸ Existem divergências na interpretação da obra de Friedman que apontam para ambiguidades. Tentamos não cair em tais discussões neste trabalho, mas uma delas é sobre o significado do termo “realista”. Segundo Caldwell (1982, pp. 177-8), seria preciso ainda o esclarecimento de um número de posições do Friedman: alguns compreendem o “caráter realista” de pressupostos ao qual Friedman se refere como algo próximo de “precisamente descrito”, “testável”, ou até mesmo “verdadeiro”. Assumiremos que o termo “realista” em Friedman está mais próximo da primeira opção.

⁹ Outro exemplo, além do mercado de trigo, que demonstra sua concepção anti-realista do papel dos pressupostos na avaliação de hipóteses ou teorias é o da ‘lei da queda dos corpos’ $s = (1/2)gt^2$. Friedman discorre sobre a lei argumentando que a hipótese de que a velocidade da queda de um corpo, sob aceleração g constante, dada por 9,8 metros por segundo, não pode ser apreciada pelo pressuposto de que a pressão atmosférica não é relevante para a fórmula. No exemplo, a pressão atmosférica no nível do mar de 15 libras por centímetro quadrado, se considerada com a queda de uma bola de ferro, não exerceria influência significativa, enquanto se no exemplo a bola de ferro fosse substituída por uma pena, o valor de 15 libras por centímetro quadrado produziria resultados ‘exageradamente inaccurados’ (Friedman, 1953, pp. 10-12). A intenção do autor é mostrar que a mesma medida de pressão atmosférica pode ser considerada ‘realista’ ou não em diferentes situações e tomar o ‘realismo’ dos pressupostos como critério seria, com suas palavras, ‘fútil’. O autor acrescenta que a teoria da queda dos corpos “é acolhida porque funciona e não por que vivemos em um vácuo aproximado – seja lá qual for o significado disso.” (FRIEDMAN, 1953, p. 12). Nesta interpretação, o pressuposto da lei da queda dos corpos assegura de fato que em um grande conjunto de circunstâncias, nos quais uma quantidade desejável de casos se encaixa, os valores obtidos da fórmula serão satisfatórios.

de representação do mundo, que potencializem o poder preditivo das teorias com base no critério de simplicidade e fecundidade:

Podemos encarar a hipótese como algo que envolve dois elementos: o primeiro é um mundo conceptual, ou um modelo abstrato, mais simples do que o mundo real, contendo apenas aquelas forças que a hipótese dá como importantes; o segundo é um conjunto de regras que definem a classe de fenômenos relativamente aos quais o modelo se torna adequada representação do mundo real, e que, a par disso, especificam a correspondência entre variáveis ou entidades do modelo e fatos observáveis (FRIEDMAN, 1953, p. 21).

Entretanto, daí decorre uma quantidade de contradições lógicas na metodologia de Friedman. Se a economia positiva é capaz de teorizar sobre o mundo tal como ele é de forma “objetiva”, leia-se neutra, isso implicaria que a economia positiva de fato conhece o mundo como ele é. Se não é possível apreender os eventos do mundo de uma maneira “realista” e o que se pode ser feito é elaborar “modelos abstratos” que captam os eventos de interesse para a teoria, não há como sustentar uma teoria livre de julgo de valores, que não partam de seu próprio ponto de vista sobre o mundo.

Outro destaque vai para a ocorrência de circularidade lógica das teorias positivas. Friedman, ao esclarecer o significado do material empírico para as teorias, afirma que “a evidência empírica é vital em duas fases diversas, embora intimamente associadas: na fase de elaboração das hipóteses e na do teste de sua validade” (FRIEDMAN, 1953, p. 7). O teste da validade das teorias feito pelo critério de adequação empírica como condição à cientificidade, ou seja, uma teoria é válida se suas previsões (empíricas) funcionam. Ora, se a delimitação do material empírico a ser considerado é feito por modelos abstratos, que captam os fenômenos de interesse da teoria, a validade de teorias depende de um exercício de consistência lógica. Segundo Cavalcante (2005, p. 81),

A circularidade implicada nesse critério de cientificidade é evidente. Se as teorias se validam no mesmo campo empírico a partir do qual são coletadas, estas já nascem pré-validadas. Esse resultado é semelhante ao encontrado quando foram analisadas as considerações filosóficas de Lakatos quanto ao critério para atribuição do caráter progressivo a um PPC (CAVALCANTE, 2005, pp. 81).

Conforme dito por Cavalcante (2005), o instrumentalismo metodológico de Friedman num primeiro momento nega a ontologia e se propõe a ser uma ciência “objetiva” (ou na linguagem positivista, livre de metafísica), mas acaba fornecendo um critério circular de validação teórica.

Para, em tempo, evidenciar algumas conexões que ainda não tenham ficado nítidas entre o presente autor e os anteriores, é interessante uma pausa para notar as justificativas quanto o qualificativo de Friedman de ‘instrumentalista metodológico’. No entendimento de Caldwell (1982, p. 173), Friedman é um instrumentalista metodológico pelo conjunto de três aspectos: *i*) A defesa da irrelevância do realismo nos pressupostos das teorias; *ii*) O caráter praticamente prescritivo de suas alegações; e *iii*) O destaque dado à previsão como critério de cientificidade

O primeiro ponto é perpassado no debate sobre modelo H-D, onde teorias funcionam em sistemas e o parecer de cientificidade é dado para o conjunto, não para teorias isoladas. Em respeito ao segundo ponto, também são praticamente prescritivos quanto ao trabalho dos cientistas o PPC progressivo de Lakatos e o paradigma huhniano em ciência normal, sendo este último referido por alguns como uma “ética científica”.

Por fim, há aqui um debate sobre a proximidade de Friedman com os positivistas, pois enquanto Caldwell reconhece que no terceiro aspecto está presente a originalidade do autor e com isso uma dissociação dele com os positivistas, este trabalho se alinha ao posicionamento de Cavalcante (2005), segundo qual o instrumentalismo metodológico está fortemente filiado à ontologia empiricista do positivismo inegavelmente quando em sua análise prevalece a concepção de que o mundo se esgota no nível empírico. Assim sendo, previsões estão confinadas ao empírico desde a formulação do modelo abstrato até o teste da hipótese e por isso não parece razoável defender um forte desvio do instrumentalismo em relação ao positivismo. Em certo sentido, Friedman se associa mais aos primeiros positivistas do que aos mais sofisticados, por ainda negar o papel explanatório da ciência: o sistema teórico de Friedman, da ótica positivista de Hempel e Oppenheim, só atende à metade do que consideram uma explicação científica legítima, que é a descrição do evento a acontecer (explanandum), mas não a explicação desse evento (explanans). Para Friedman, a ciência é essencialmente preditiva e no mais feliz os casos, a correta apreensão de mundo é secundária e inerente às previsões verificadas.

Em conclusão, não somente é forte no *mainstream* da economia a presença do positivismo - uma corrente já demolida de filosófica da ciência. Pior que isso, é um influência que só pode se dar pela retórica pois para fins de execução, é um projeto inviável, já comprovadamente impraticável por cientistas e, portanto, só pode sobreviver na retórica, influenciando em várias escolhas teóricas de economistas (Caldwell, 2013, pp. 6-7). No entanto, a presente concepção discorda do julgamento de que “ela [a retórica positivista] está em maior parte morta também na ciência econômica” (Caldwell, 2013, p.2), resistindo ainda na forma de ver a história da ciência econômica. Embora algumas correntes possam ter se sofisticado e com isso ganhando novas formas, o discurso de neutralidade, o apego ao material empírico, a concepção dedutivista¹⁰ e outros elementos da ontologia positivista permanecem. Diante disso, é importante que se trabalhe numa perspectiva que rompa com os resquícios desta ontologia e neste sentido, encontramos algumas respostas no realismo crítico, filosofia da ciência elaborada por Roy Bhaskar e adaptada à economia por Tony Lawson.

¹⁰ Será abordada em mais detalhes a partir das críticas esboçadas por Tony Lawson.

3.2 - *Realismo Crítico em Economia e a Crítica de Tony Lawson*

No livro *Economics and Reality*, Tony Lawson se propõe a identificar as limitações da ciência econômica com o intuito de transcendê-las. Embora muitos dos problemas que Lawson tem em mente estejam vinculados à econometria, seu trabalho constitui uma proposta de reorientação geral da economia em direção ao realismo ontológico. Para isso, Lawson faz uso dos escritos de Roy Bhaskar, fundador da corrente metodológica do realismo crítico.

Tradicionalmente a postura de economistas diante de problemas envolvendo os procedimentos padrões da literatura hegemônica é a de simplesmente seguir em frente, com um pouco mais de determinação. Negligenciar dessa forma questões metodológicas implica em sérias inconsistências prático-teóricas, de modo que na retórica diz-se determinada coisa e na prática afirma-se outra completamente distinta (Lawson, 1997, p. 24).

Lawson acredita que a economia pode ser distinta da forma idealista do conjunto de modelos abstratos em que atualmente se apresenta, ou seja, pode ser realista e objetiva. Diferentemente de Friedman, que fala de objetividade como neutralidade de valores, Lawson entende por objetividade a propriedade de algo de existir e ter características que antecedem e independem do reconhecimento do sujeito cognitivo. Neste sentido, faz-se relevante contrapor o *realismo crítico ou transcendental*, onde não apenas nossas impressões sobre os eventos são o objeto da ciência, mas a soma deles e as estruturas, poderes, mecanismos, e tendências que muitas vezes não estão acessíveis à cognição; com o *realismo empírico*, para o qual a totalidade é atomizada¹¹ (reduz-se o todo ao somatório dos individuais) e a fonte de possível conhecimento se esgota no imediatamente sensível (Lawson, 1997, pp. 39-40). Destaca-se a corrente denominada por Lawson de *dedutivismo*, que é compreendido como "a coleção de teorias (sobre ciência, explicação, progresso científico, e assim por diante) que é erguida sobre a concepção de leis enquanto regularidade de eventos [...]" (LAWSON, 1997, p. 36, tradução nossa).

Frequentemente, diz Lawson, confundem-se as tentativas de crítica ao dedutivismo com algo relacionado aos pressupostos de uma específica teoria quando na verdade se trata de algo mais abrangente: a própria forma como as teorias são estruturadas. Lawson afirma que no entendimento dedutivista, "o explanandum deve ser deduzido de um conjunto inicial de condições somado a leis universais sob a forma 'sempre que evento X, então evento Y'. Claramente sob esta concepção dedutivista, explicação e previsão correspondem à mesma coisa [...]" (1997, p.36). Estas condições

¹¹ O termo "atomista" também é mencionado como referente à imitação que os economistas fazem dos físicos, sendo o indivíduo econômico um análogo ao átomo.

iniciais a partir das quais se apreendem as conjunções de eventos são estritamente empíricas, assim como suas conclusões.

O argumento de Bhaskar e Lawson é de que a realidade, incluso a econômica, não é apenas empírica, mas estruturada em três níveis ontologicamente distintos:

O mundo nesta visão, portanto, consiste em mais do que o efetivo curso dos eventos e nossas experiências. Ao invés, três domínios de realidade são distinguidos, chamados de empírico (experiência e impressão), efetivo (efetivos eventos e estado de coisas em adição ao empírico) e o real (estruturas, poderes, mecanismos e tendências, em adição ao efetivo curso dos eventos e experiências) [...] não apenas são os três domínios observados distintos e irreduzíveis (o real não pode ser reduzido ao efetivo e nem este último ao empírico), mas também e crucialmente, seus característicos componentes (mecanismos, eventos, e experiências) são dessincronizados ou fora de fase uns com os outros (LAWSON, 1997, p. 40, tradução nossa).

O realismo crítico então, não nega a importância da experiência no processo de conhecimento do mundo, mas compreende que um conjunto de forças e mecanismos opera por detrás do curso efetivo dos eventos e suas experiências e que tais forças e mecanismos nem sempre são perceptíveis. Mecanismos, em certos casos, precisam ser ativados para exercer poder e, além disso, existem mecanismos que dificilmente ou até mesmo nunca se apresentam sensorialmente permanecem operantes. Não se percebe no cotidiano, por exemplo, a lei da gravidade, mas ela pode ser apreendida através de eventos gerados (translação, rotação, queda de corpos, etc.) e suas manifestações empíricas. No entanto, como os componentes dos três níveis ontológicos são dessincronizados, a lei da gravidade não é negada por um corpo em ascensão. Na atividade experimental segundo o realismo crítico um mecanismo, após sua ativação, opera tanto isoladamente quanto em conjunto com outras forças, não sendo necessária a construção de sistemas fechados. Como o realismo crítico rejeita a noção de leis manifestáveis em conjunções constantes de eventos, elas podem ser compreendidas como *transfactualis*, e sendo assim, estão para “além dos fatos”. Estar para além dos fatos não quer dizer que os mecanismos do nível real sejam opostos aos fatos, mas que operam num nível fundamental onde não há necessidade de paridade ou condições especiais, como as do tipo *ceteris paribus* (Lawson, 1997, p. 42).

O dedutivismo, ao contrário, depende de tais condições ou sistemas fechados. Apesar de pretender operar com leis do tipo “sempre que evento x, então evento y”, na prática as conclusões mais respeitáveis do dedutivismo são apresentadas como “sempre que evento x, então evento y, sob condições e”, e tais condições e somente podem ser produzidas pela interferência humana, em uma ubiquidade de sistemas fechados (LAWSON, 1997, p. 47). Friedman ilustra claramente essas condições:

Supondo que a hipótese é compatível com a evidência existente, os testes ulteriores dessa hipótese envolverão deduzir, tomando-a como premissa, fatos novos, passíveis de

observação, mas não previamente conhecidos, e comparar tais fatos deduzidos com evidência empírica adicional. Para que um tal teste se mostre relevante, os fatos deduzidos devem dizer respeito à classe de fenômenos que a hipótese procura explicar; *a par disso, eles devem estar suficientemente bem definidos de modo a possibilitar que a observação possa revelar-lhes a falsidade* (FRIEDMAN, 1953, p. 8, grifos nossos).

Isto explica, por exemplo, o motivo de boa parte da prática dos economistas, quando orientada – consciente ou inconscientemente – pelo dedutivismo, se mostra inconsistente com a teoria a que se vincula.

O realista transcendental rejeita tanto o método dedutivo (raciocínio que parte do geral para o particular) quanto o indutivo (que parte de fatos particulares para uma conclusão geral). Este adota o método retrodutivo, que consiste em partir de um conhecimento em algum nível de realidade (real, efetivo ou empírico) para um conhecimento em um nível mais profundo. O conhecimento para o realista transcendental é estruturado e dividido em *transitivo* e *intransitivo*. O conhecimento é estruturado, pois funciona por meio do intercâmbio entre seus diferentes níveis de “profundidade”. Na dimensão transitiva estão presentes os conhecimentos construídos sobre a transformação de conhecimentos pré-existentes, estejam eles sob a forma de cultura, hábitos, ou proposições científicas; na dimensão intransitiva estão presentes objetos tais como leis causais, cuja existência independe de sua identificação. A tarefa da ciência é identificar e explicitar a dimensão intransitiva do conhecimento, ou ontologia¹², por meio de uma epistemologia, ou sua dimensão transitiva (Lawson, 1997, pp. 44-45).

Se a ciência é como descrita até aqui, ou seja, se a ciência tem por objetivo desvendar os mecanismos por trás dos eventos que ocorrem na superfície da realidade, e para isso tem que investigar camadas mais profundas do conhecimento, que é estratificado, pode-se sustentar que o papel da matemática como reveladora de tais estruturas é, no mínimo, problemático. Modelos matemáticos, por exemplo, como os associados a ‘covering-laws’, seriam excelentes para um procedimento dedutivo - como partir de um grande número de corvos pretos e deduzir que o próximo corvo será preto; seriam também excelentes para induzir que, se corvos são pretos e ‘X’ é um corvo, então ele será preto; mas matemática não revela, ao menos por si só, quais as propriedades que fazem do corvo um pássaro preto. O enfoque na matematização para “modelos abstratos” de proposições científicas faria sentido se a ciência tiver como fim último a previsão de um específico estado de coisas.

¹² Em algumas ocasiões o termo ontologia tem significado bem específico, como se pode notar pela advertência de Roy Bhaskar para o “perigo de confusão entre uma “ontologia” no sentido do tipo de mundo pressuposto por uma explicação filosófica da ciência e no sentido das entidades e processos específicos postulados por alguma teoria científica substantiva” (1997, p. 6). Refere-se, neste contexto, à ontologia como a primeira das definições oferecidas por Bhaskar.

Na perspectiva defendida, repetimos, a ciência (especificamente a social) deve elucidar as estruturas e mecanismos que sustentam determinadas configurações de mundo para que tais estruturas possam ser *transformadas*, e não para que possam ser *previstas*. Previsão, na concepção crítico-realista é possível (em alguns raros casos), porém não desejável. A ciência, diante da “impossibilidade de se fazer engenharia, e a ausência de ocorrência espontânea de sistemas sociais fechados, necessita se fundamentar em critérios de desenvolvimento e avaliação de teorias nas ciências sociais que sejam não-preditivos e puramente explanatórios” (Lawson, 1997, p. 54).

Por fim, reforça-se o argumento em favor do realismo crítico com base nos seguintes pontos sobre os quais Lawson (1997) discorre: *i)* O realismo crítico lida melhor com a situação experimental do que o dedutivismo, pois produz conclusões que operam tanto em sistemas abertos quanto fechados, enquanto o dedutivismo requer condições do tipo, ou parecidas com, *ceteris paribus*. *ii)* Por operar em sistemas fechados, a concepção dedutivista funciona na economia como uma coleção de modelos que negam a possibilidade de escolhas de indivíduos em sistemas abertos, no mundo real, ao passo a análise realista transcendental vale tanto em sistemas fechados quanto em sistemas abertos. *iii)* Enquanto nas correntes em circulação na filosofia da ciência não se trabalha mais com a hipótese da existência de conhecimento desprovido de uma ontologia ou visão de mundo, a ciência econômica simplesmente ignora o memorando do fracasso lógico-positivista.

Conclusões

Permeia ainda na ciência econômica uma ontologia característica de filósofos do início do século XX. O projeto positivista de depurar a ciência de questões ontológicas, mesmo depois de arduamente criticado por autores como Popper, e falhar em se apresentar como uma alternativa factível, passando o posto para o relativismo dos filósofos do crescimento do conhecimento, logrou em residir na ciência econômica sob a forma de retórica. O remonte filosófico da ortodoxia aponta em grande parte para o positivismo lógico. Esta não é só uma ontologia já demonstrada inviável, como é pouco desejável para a finalidade da ciência conforme foi defendido ser sua essência.

Próximo de um grande eixo de debate que se situa no instrumentalismo contra o realismo em ciência espera-se ter apresentado diferentes posicionamentos realistas sem deixar obscuras as insuficiências do realismo *empírico* em relação ao realismo *crítico ou transcendental*, sendo o último o mais capacitado de prover a sociedade de uma explanação suficiente sobre si mesma, os desdobramentos de suas estruturas, etc.

Como apontaram comentários da literatura utilizada ao longo da pesquisa¹³, cientistas em geral e especificamente economistas, poucas vezes têm ideia de quais são as concepções filosóficas estão negando ou afirmando, de modo que com o exercício metodológico apreendido neste trabalho espera-se ter contribuído para o combate à prática científica inconsciente resultante, perdão para o termo, de simples ignorância.

Registramos como óbvio que o tema “reorientação da ciência econômica” merece a continuação da investigação aqui realizada, entretanto, com a defesa da alternativa do realismo crítico de Tony Lawson, não somente fica claro que a atual estrutura científico-operatória tem problemas, além daqueles e somados aos identificáveis no próprio Milton Friedman - como representante satisfatório da ortodoxia no nível de escopo deste trabalho, mas também se abre a possibilidade de incorporar abertamente a ontologia na ciência econômica visando construir não uma ferramenta da manutenção das estruturas (de classe) tais como estão, mas uma disciplina efetivamente transformadora.

Referências bibliográficas

BHASKAR, R. *A realist theory of science*. (1975).

CALDWELL, Bruce. *Of Positivism and the History of Economic Thought*. In: Southern economic journal 79.4 (2013): 753-767.

_____, Bruce. *Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century*. Londres: George Allen & Unwin, (1982)

CAVALCANTE, Carolina Miranda. *Ciência e Filosofia: uma discussão acerca da possibilidade do conhecimento objetivo*. Niterói: [s.n.], (2005).

DUAYER, Mário, MEDEIROS, João Leonardo, and PAINCERA, Juan Pablo. *A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica*. Estudos econômicos 31.4 (2001): 723-783.

FEYERABEND, Paul. *Against Method: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge* (1975).

FRIEDMAN, Milton. *The methodology of positive economics*. In: Essays in positive economics 3.3 (1953).

KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. (1962).

LAKATOS, Imre. *The methodology of scientific research programmes* (1977).

LAWSON, Tony. *Economics and reality*. Routledge (2006).

LUKÁCS, Gyorgy. *Para uma ontologia do ser social, vol. II*. Boitempo editorial, (2013).

¹³ Ver Caldwell (1982, pp. 56; 94-5; 198) e Lawson (1997, pp. 56; 60).

